



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Trabalho, questão social e serviço social.

## AS MULTIFACES SOCIO-HISTÓRICAS DO TRABALHO INFANTIL E A TRAJETÓRIA DO DIREITO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL

Lays Nalda Silva Munins<sup>1</sup>

**Resumo:** Este estudo trata do trabalho infantil e a trajetória do direito à infância e adolescência no Brasil, a partir das possibilidades de desvelamento da realidade mundial e brasileira. Em suma, reporta-se a alguns dos principais autores utilizados que foram: Dias; Liberati (2006) e Marx (2013). As categorias tratadas referem-se ao trabalho, o trabalho infantil como expressão da questão social.

**Palavras-chave:** Trabalho Infantil. Questão Social. Capitalismo.

**Abstract:** This study deals with child labor and the trajectory of the right to childhood and adolescence in Brazil, based on the possibilities of unveiling the world and Brazilian reality. In sum, it reports to some of the main authors used that were: Dias; Liberati (2006) and Marx (2013). The categories treated refer to work, child labor as an expression of the social question.

**Keywords:** Child Labour. Social Issues. Capitalism.

### 1. INTRODUÇÃO

Neste estudo, tem-se como objetivo a análise das multifaces do trabalho infantil, a partir das transformações oriundas do mundo do trabalho e da dinâmica societária, enquanto dilema histórico no âmbito mundial e brasileiro, que tem assumido diversos espaços e ocasionado em uma série de consequências para as crianças e adolescentes que estão submetidos a esse regime de exploração.

A configuração histórica dos modos de produção atesta uma série de transformação no mundo do trabalho que foram desencadeando no surgimento de inúmeras problemáticas na sociedade. Desse modo, as relações sociais foram profundamente afetadas, diante da necessidade de sobrevivência.

A inovação na abordagem dessa temática aponta para a ampliação dos estudos diante da complexidade dos fatores e consequências, muitos ainda não discutidos amplamente, como é o caso das implicações do mundo do trabalho diante da proposta capitalista e as contrarreformas vigentes, que vem despertando um interesse pelo protagonismo histórico do trabalho infantil, mesmo diante de todo aparato normativo.

Para tanto, este estudo busca analisar o trabalho infantil, em suas múltiplas faces, através de uma revisão bibliográfica, com ênfase em um resgate histórico e dentro da ótica de construção da categoria trabalho.

---

<sup>1</sup> Profissional de Serviço Social, Hospital Geral de Alto Alegre do Maranhão, E-mail: laysnalda@hotmail.com.

## 2. ASPECTOS SOCIO-HISTÓRICOS DO TRABALHO INFANTIL:

O trabalho infantil é um fenômeno histórico, marcado pela exploração da mão de obra infanto-juvenil, que deixa diversas marcas na vida de crianças e adolescentes, e corresponde a uma dimensão complexa da realidade social, que remete a possibilidade de problematização dos elementos presentes.

Neste sentido, faz-se necessário perceber os aspectos pertinentes à categoria trabalho, que garante uma amplitude da problemática, bem como as configurações históricas do processo de exploração de crianças e adolescentes em situação de trabalho, com destaque aos impactos desencadeados no processo de formação destes.

### 2.1 Dimensão histórica da categoria trabalho

A categoria trabalho é de suma importância para compreensão da dinamicidade histórica, assumindo diversas configurações na sociedade e, como aponta Cardoso (2013), o trabalho pode ser entendido como ato de transformação da natureza, envolvendo um conjunto de elementos, e tendo como primazia a capacidade teleológica que direciona sua realização.

Neste contexto, a singularidade da categoria trabalho reside nos aspectos ontológicos, o que forneceu amplas contribuições para explicação da história social, com ênfase na existência de desdobramentos complexos, a partir da compreensão dos significados atribuídos a tal categoria, como explica Guerra (2011, p.101):

O primeiro pressuposto da história humana é o de que os homens, para prover sua existência material, relacionam-se com a natureza, transformando-a, e, ao fazê-lo, transformam-se a si mesmos. O segundo pressuposto é o de que este ato de autocriação e de autotransformação incide sobre os outros homens, alterando sua natureza individual e distinguindo-os de outros seres vivos. Neste processo, o homem constitui-se num ser prático-social que se realiza pelo trabalho.

De acordo com essa explanação, o homem inserido na natureza, utiliza-se dos elementos presentes em atenção às suas necessidades materiais, por meio do trabalho, expresso em diversas ações que ocasionam em uma dupla transformação, percebidas na processualidade do desenvolvimento histórico.

Neste sentido, o trabalho expressa uma dimensão complexa e apresenta as configurações históricas da realidade social, aparecendo como constituinte do processo de formação das relações sociais no âmbito da reprodução das necessidades, como explica Antunes (2009, p.139):

O trabalho, entendido em seu sentido mais genérico e abstrato, como produtor de valores de uso, é expressão de uma relação metabólica entre ser social e natureza. No seu sentido primitivo e limitado, por meio do ato laborativo, objetos naturais são transformados em coisas úteis. Mais tarde, nas formas mais desenvolvidas da práxis social, paralelamente a essa relação homem-natureza desenvolvem-se inter-

relações com outros seres sociais, também com vistas à produção de valores de uso.

Essas implicações, no âmbito do trabalho, delinearam alterações importantes nas relações sociais, diante da evolução no processo de manutenção da sobrevivência, desencadeado pelas interações construídas nessa realidade e, por isso, a essência de tal categoria explica a formação socio-histórica.

Nesta perspectiva, o trabalho assumiu significações que reforçam o entendimento das configurações sociais, com o desenvolvimento das formas de produção a partir das especificidades históricas que destacam as atribuições designadas à relação homem e natureza, diante das metamorfoses da sociedade, e então Marx (2013, p.84) explica que:

Por conseguinte, na ação do trabalho, a atividade do homem efetua, com ajuda dos meios de produção, uma modificação voluntária do seu objeto. Essa ação tem seu fim no produto determinado; isto é, em um valor de uso, em uma matéria que experimentou uma troca de forma que a adaptou às necessidades humanas. O trabalho materializou-se ao combinar-se com o objeto de trabalho. O que era movimento no trabalhador aparece agora no produto como uma propriedade em repouso. O operário teceu, e o produto é um tecido. Caso se considere o conjunto desse movimento com relação ao seu resultado, o produto, que é então meio e objeto de trabalho, apresentam-se ambos como meios de produção, e o próprio trabalho como trabalho produtivo.

A partir do exposto, o homem realiza o trabalho, enquanto atividade, através dos meios produtivos, aplicando sua capacidade teleológica e força de trabalho para a produção de valores de uso, e, nesse contexto, é transformado e transforma a realidade na qual se insere.

Com a expansão da dimensão econômica na realidade histórica, o modo de produção capitalista assume o cenário, como sistema de regulação social e produtiva, substituindo as formas de organização primitivas e feudais, que apresentavam como expressão, os modos de produção elementares desenvolvidos enquanto mecanismos de subsistência nos períodos em destaque.

O conceito de trabalho adotado nesse estudo advém da dimensão histórica e ontológica de tal categoria, considerando ainda as modificações das relações contidas no modo de produção capitalista, que alterou profundamente todos os setores da sociedade ao conferir um teor de modernidade e exploração, conforme aponta Marx (1964 *apud* LUZ, 2008, p.49) “como capital o valor do trabalhador varia de acordo com a procura e a oferta, e a sua existência física, a sua vida, foi e é considerada como uma oferta de mercadorias”.

Com tal incremento, em termos de meios produtivos, novas relações no mundo do trabalho são configuradas, com destaque para a constituição da classe trabalhadora ou proletariado industrial, que necessitava mercadorizar seu produto natural: a força de trabalho diante da ausência de condições materiais para subsistência, como relata Martinelli (2007, p.39):

De uma forma profundamente antagônica e contraditória, o capitalista e o trabalho, com personificações de categorias econômicas, se produzem, portanto em uma mesma situação, que expressa e reproduz um traço distintivo do capitalismo em sua fase industrial: a mercantilização universal das relações, pessoas e coisas, acentuando gravemente a fratura que separa as classes sociais.

O contexto das transformações iniciadas pela Revolução Industrial incidiu, de forma direta, em todos os setores da sociedade, como afirma Martinelli (2007, p.80): “assim, acumular riqueza num pólo, significava expandir pobreza no outro, generalizar miséria, pois o signo da desigualdade que marca o regime capitalista [...]”. Com isso, as percepções sobre o trabalho ganharam outras dimensões e a inclusão expressiva de atores sociais.

Diante da expansão do modelo de produção capitalista, almejava-se a intensa lucratividade por meio da exploração da força de trabalho, que resultou na inserção de um público proletário formado por homens, posteriormente com a ênfase nas mulheres e crianças, por representarem baixos custos, como relata Marx (2013, p.135):

A máquina, tornando inútil o trabalho muscular, permite empregar operários de pouca força física, porém, cujos membros são mais flexíveis por serem menos desenvolvidos. Quando o capital se apoderou da máquina, o seu grito foi: trabalho de mulheres, trabalho de crianças! A máquina meio poderoso de suavizar os trabalhos do homem, converteu-se em seguida em meio de aumentar o número de assalariados. Obrigou sob a vara do capital, a todos os membros da família, sem distinção de idade, nem de gênero. O trabalho forçado de todos, em proveito do capital, usurpou o tempo dos divertimentos da infância e substituiu o trabalho livre, que tinha por objeto o sustento da família.

Neste sentido, ao situar a problemática do trabalho infantil, vale ressaltar, segundo Vilani (2010), que é uma prática oriunda das sociedades primitivas caracterizada pela coletividade, observando os limites de desenvolvimento dos seres humanos, que, no entanto, com o aprimoramento do trabalho humano e o desencadeamento dos processos de transformação da sociedade, este tem assumido novos formatos nesta sociedade capitalista.

A partir desta concepção, o trabalho infantil pode ser compreendido em uma perspectiva histórica, visto que esteve sempre presente na sociedade, e sofreu um forte incremento com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, como afirma Dias; Liberati (2006, p.12-13):

Indícios históricos retratam o uso frequente da mão de obra infanto-juvenil em grandes civilizações, [...] Entretanto, no que se refere ao trabalho infanto-juvenil em atividades independentes, em que crianças e adolescentes figuravam como verdadeiros empregados, no exercício de funções intimamente ligadas a aspectos econômicos, convém reportar-se aos séculos XVIII e XIX, mas precisamente a Grã-Bretanha, berço da Revolução Industrial.

Neste contexto, profundas transformações ocorreram no mundo do trabalho, desencadeando em consequências no processo de satisfação das necessidades humanas. O trabalho infantil, na perspectiva da Revolução Industrial, remete a dinâmica de superexploração do capital, bem como se configura como estratégia de sobrevivência familiar, como é retratado por Martinelli (2007, p.43):

Por não demandar um grande aprendizado anterior e nem mesmo o dispêndio de forças físicas especiais, a indústria capitalista trouxe para a fábrica mulheres, jovens e crianças o que implicava graves repercussões para a personalidade desses jovens trabalhadores e para estrutura de sua vida familiar.

A passagem do feudalismo para o capitalismo industrial expandiu os campos de trabalho que empregavam a mão de obra infanto-juvenil, fomentando as relações de exploração em detrimento da consolidação do novo modelo econômico, situando-se conforme aponta Dias; Liberati (2006, p.14), “principalmente na tecelagem, confecção e fiação, assim como os setores de barbantes, cadarços, metalurgia, cerâmica, cobre e minas de carvão”.

A concentração crescente da mão de obra infantil desencadeou transformações de grande escala no mundo do trabalho, permeada até mesmo pelo acirramento nos postos de trabalho, devido aos baixos custos que tal mão de obra representava no contexto industrial e as condições insalubres vivenciadas pela população, que determinava o condicionamento as situações degradantes, como é apontado por Baffert (2006, p.125):

A presença de crianças e adolescentes dentro das fábricas inglesas tornou-se tão forte que começou a competir vaga com os adultos, o que levou o país a criar medidas para controlar esse tipo de trabalho. Para se ter uma ideia o quanto se sacrificavam, em 1802, sua jornada diária foi reduzida para no máximo doze horas, um avanço para a época.

Para tanto, a processualidade histórica aponta as configurações do trabalho infantil em cada realidade social, com o reforço das peculiaridades do contexto que fornece a compreensão da problemática, diante das transformações ocasionadas no mundo do trabalho, com ênfase no desenvolvimento do modo de produção capitalista. Nesse sentido, é importante o recorte da realidade brasileira diante da sua formação socio-histórica multifacetada.

## 2.2 Configurações do trabalho infantil na realidade brasileira

A exploração do trabalho infantil foi se expandindo como um processo por todo mundo, alastrando a lógica da desigualdade em todas as sociedades, e assim o âmbito brasileiro foi marcado por um processo longo de exploração de riquezas, que condicionou sua formação socio-histórica. Diante de tal contexto, é preciso ressaltar que: “formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio-e mais tarde de negro- na composição”. (FREYRE, 2013, p.65).

Na perspectiva brasileira, a prática do trabalho infantil deu-se de forma rudimentar inicialmente, com base no legado e manutenção das comunidades indígenas, ao considerar a dimensão da aprendizagem e disseminação da cultura das tribos, como explicita Marin (2005, p.48-49):

Para as crianças, o trabalho na tribo era uma oportunidade de aprendizagem. Desde pequenos, meninos e meninas brincavam imitando os adultos de seu sexo. As meninas faziam suas próprias bonecas de cerâmica ou de fibras vegetais, pequenos potes de barros e depois começavam a tomar conta dos irmãos menores, cozinhar, tecer, auxiliar na colheita e transportar produtos e lenha até a aldeia. Os meninos aprendiam com seus pais a confeccionar pequenos arcos e flechas, caçar, pescar, e preparar as lavouras.

O processo de colonização instituiu uma dinâmica perversa de exploração das comunidades existentes, primeiramente pelos portugueses que se apropriaram das terras e riquezas, desencadeando a fragmentação da sociedade tribal, com ênfase na utilização forçada de tal população, incluindo crianças e adolescentes, nos processos de extração dos recursos, como relata Marin (2005, p.49):

Se nas tribos indígenas as crianças gozavam de liberdade, de respeito à sua individualidade e aos seus limites, diferentes eram os espaços reservados a elas nos projetos educacionais elaborados pelos colonizadores e missionários. Os colonizadores com armas em punho e os missionários com suas cruzes erguidas, numa espécie de nova cruzada, adentravam os sertões e impunham uma cultura caracterizada pela violência e pelo trabalho forçado. A partir de então, os índios ficaram sabendo que eram diferentes, pobres, ociosos, pagãos e, para melhorar a própria sorte, deveriam trabalhar e ser catequizados, de preferência desde pequenos.

No entanto, com a expansão das culturas dos engenhos de cana de açúcar, que se requisitou um aumento considerável na mão de obra para a ampliação dos rendimentos, fomentando assim o tráfico negreiro, para o contexto de escravização na realidade social, como ressalta Oliveira (2008, p.4):

Iniciava-se a colonização do novo mundo português, processo este que vai extrair subitamente todas as riquezas existentes na nova terra. Vai também desencadear a formação de uma nova sociedade a base do escravismo modo de produção predominante durante os mais de trezentos anos de Brasil Colônia.

Nesta perspectiva, como relata Baffert (2006), o trabalho infantil foi se delineando no Brasil colônia, com a inserção de famílias negras no regime escravo onde as crianças não estavam isentas, desenvolviam atividades degradantes e sofriam intensas punições, faziam parte do destino de sofrimento de seus familiares adquiridos pelos senhores de engenho.

O cenário brasileiro passou por constantes transformações após a abolição da escravatura com o início do seu processo de industrialização tardia, que introduziu a mão de obra imigrante, com ênfase no remodelamento da sociedade brasileira, fortalecida com a chegada das fábricas que fomentaram novos postos de trabalho que diante disso, segundo Dias; Liberati (2006, p.23):

Com a Primeira Guerra Mundial, um grande número de europeus ocupou o território brasileiro em busca de melhores condições de vida e rapidamente tomaram as indústrias que começavam a se expandir no país. Pelo fato de grande parte desses imigrantes serem pobres, não só os adultos trabalhavam nas fábricas como também as crianças, que desde os 8 anos de idade, já possuíam a responsabilidade de ajudar no sustento de suas famílias.

Considerando tais aspectos abordados pelo autores, a adoção da mão de obra infante-juvenil tem como fundamento no contexto industrial brasileiro a perspectiva histórica

da realidade mundial, pautada na necessidade de redução de custos e expansão de lucros, diante da instauração da nova conjuntura capitalista, como ainda explica Dias; Liberati (2006, p.22) que:

O trabalho infantil se expandiu rapidamente no Brasil com o processo de industrialização do país, no final do século XIX e no início do século XX. E, a exemplo da Europa, os empregadores das indústrias no Brasil constataram, com a escravidão, que as crianças representavam mão de obra mais barata, facilmente adaptável e manipulada com extrema destreza, dada sua ingenuidade.

Ressaltando os aspectos característicos da mão de obra adotada no processo de industrialização brasileira, é necessário compreender as peculiaridades contidas na mesma, que fomentavam o imbricamento a uma série de elementos presente de forma matizada na sociedade brasileira, no trato das questões de gênero, isso com base no entendimento de Moura (2008, p.262), sendo então importante destacar que:

Durante a república velha, o trabalho infanto-juvenil foi o espelho fiel do baixo padrão de vida da família operária, pautado em salários insignificantes e em índices de custo de vida extremamente elevado. A exploração do trabalho se dava por meio da compressão salarial do trabalhador adulto do sexo masculino; da exploração da mão de obra feminina, uma vez que a remuneração de meninas e de adolescentes de sexo feminino caracterizava a dupla discriminação de sexo e idade; e refletia claramente o fato de que sobre a infância e a adolescência pesava decisivamente a determinação do empresariado em reduzir os custos de produção.

Nesta perspectiva, o trabalho infantil, no contexto da industrialização brasileira, aponta para o forte ranço cultural com relação ao trabalho, como lembra a OIT (2001, p.26) “tal mentalidade, enraizada em nossa sociedade por quase quatro séculos, pode estar na raiz da aceitação como “natural” do trabalho de crianças e adolescentes pobres”.

Através desta abordagem histórica, no cenário mundial e brasileiro, foi possível apreender alguns aspectos essenciais da problemática do trabalho infantil, como uma prática remota que é permeada por um ranço cultural e pelo estigma da pobreza, discussão de inviável esgotamento, diante da presença de entrelinhas históricas e de sua metamorfose contemporânea.

### 2.3 Impactos da exploração do trabalho infantil no contexto da criança e adolescente no Brasil

Com essas feições históricas multifacetadas, o trabalho infantil foi constituído no Brasil e no mundo, marcado pelo estigma da pobreza, da desigualdade social, bem com as visões moralizantes do trabalho e sua naturalização na infância e adolescência, trazendo ainda consequências profundas para o desenvolvimento desses pequenos trabalhadores como é classificado pela OIT (2001, p.16), ao explicar que:

O trabalho precoce de crianças e adolescentes interfere diretamente em seu desenvolvimento: Físico – porque ficam expostas a riscos de lesões, deformidades físicas e doenças, muitas vezes superiores às possibilidades de defesa de seus corpos; Emocional – podem apresentar, ao longo de suas vidas, dificuldades para

estabelecer vínculos afetivos em razão das condições de exploração a que estiveram expostas e dos maus-tratos que receberam de patrões e empregadores; Social— antes mesmo de atingir a idade adulta, realizam trabalho que requer maturidade de adulto, afastando-as do convívio social com pessoas de sua idade.

Desta forma, o tratamento histórico dispensado às crianças e adolescentes, remete a uma dimensão fragilizada na realidade social, diante do mínimo e, por vezes inexistente, reconhecimento das particularidades inerentes a tais fases, que condiciona a vivência de uma série de problemáticas, como aponta Vilani (2010, p.12):

A infância não era uma fase diferenciada e enfatizava-se o aspecto biológico, não havendo noção das etapas de desenvolvimento psicológico. Acreditava-se, por exemplo, que a criança nunca sofreria alterações em sua personalidade — ela era encarada como um adulto em miniatura, de modo que a infância era vista apenas como uma curta etapa da vida que logo conduziria à idade adulta. Nessa fase era frequentemente vítima de violência.

Em observância à dinâmica societária, a utilização da mão de obra infantil apresenta fatores complexos que se desenvolvem enquanto desdobramento do modo de produção capitalista, e traduzem impactos de extrema proporção no mundo do trabalho, como ressalta Marin (2006, p.53):

Nesse sentido, a exploração de crianças e adolescentes traz pra dentro da própria família as contradições do capitalismo: a criança torna-se concorrente dos adultos no mercado de trabalho. Quanto maior o número de trabalhadores infanto-juvenis, maior a oferta de mão de obra, que, por sua vez, contribui para o aviltamento dos salários. Com a diminuição da renda familiar, há uma necessidade maior de colocar crianças cada vez mais novas nos trabalhos produtivos, num ciclo de reprodução da miséria.

A partir dessa perspectiva, compreende-se tais fatos como consequência do trabalho infantil, e ao mesmo tempo eixo gerador da problemática, diante das implicações da sociedade capitalista que reforça os processos de precarização nas esferas de trabalho, como elemento fundamental à manutenção das condições de sobrevivência.

Vale ressaltar ainda, a interferência do trabalho precoce no desenvolvimento das atividades peculiares à infância no que tange o divertimento e lazer, como perspectivas lúdicas que contribuem para o fortalecimento do processo de socialização primária das crianças, dessa forma, Custódio (2006, p.122) aponta que:

Uma das características mais visíveis da infância são as atividades lúdicas. A espontaneidade, a liberdade e a ausência de controle rígido estimulam o processo de desenvolvimento harmônico. A criança trabalhadora é compelida a bloquear esses impulsos naturais que, ao longo do tempo, atenuam-se até praticamente desaparecer.

De acordo com o autor em destaque, a utilização da mão de obra infantil promove a fragilização da dimensão lúdica, importante para a formação de tais sujeitos, ao considerar a diminuição das possibilidades para vivência efetiva dessas práticas, diante das consequências fomentadas, o que dificulta a construção dos primeiros projetos e sonhos.

Por meio desse panorama, é possível compreender em uma perspectiva ampliada, as consequências geradas na realidade das crianças e adolescentes em situação de



pobreza, e inseridas em atividades produtivas, diante das construções socio-históricas e os estigmas repassados no contexto social, que destacam os papéis designados aos atores da sociedade.

E ainda compreende-se as inflexões em longo prazo para desenvolvimento das sociedades, diante da dinâmica de exploração construída, que demarcam limites no campo da materialização dos direitos, e recai sobre o processo de consolidação da cidadania, em consonância ao modelo de político adotado.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Indubitavelmente, refletir sobre o trabalho infantil, enquanto fenômeno socio-histórico, remete a uma dimensão ampliada dos processos delineados pelo homem na perspectiva de sobrevivência desde os primórdios, e com sua evolução como ser social que media a atenção às suas necessidades.

Assim, a compreensão da categoria trabalho é de extrema relevância para situar os pressupostos que compõem as transformações desencadeadas na realidade social, bem como as relações sociais delineadas no processo histórico, e ainda a influência dos modos de produção na sociabilidade humana.

Nesse íterim, o mundo do trabalho passou por uma série de alterações que trouxeram elementos críticos para o processo de manutenção dos modos de vida do ser social, o que requisitou a ampliação da força de trabalho necessária no contexto produtivo, por meio da exploração da mão de obra feminina e infanto-juvenil.

Conforme o panorama mundial, a realidade brasileira dispõe de marcas particulares que remetem aos fatores de sua construção histórica, e no caso do trabalho infantil situa-se a herança exploratória voltada para consecução dos objetivos econômicos, diante das transformações advindas da perspectiva macrosocial.

Compreende-se que em tal contexto, as crianças e adolescentes adentraram em dinâmica complexa, que incidiu em diversas particularidades em seu processo de desenvolvimento, diante dos impactos físicos, sociais, psicológicos e culturais, ao reduzir as possibilidades de acesso a condições de vida pautada na dimensão da dignidade humana.

De certo, o fenômeno da exploração do trabalho infantil é uma prática ainda vigente, que vem assumindo novas configurações e constante reprodução no cenário contemporâneo, apesar do seu crescente enfrentamento e do vasto aparato normativo historicamente delineado.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BAFFERT, Sigrid. **Os operários com dentes de leite**: histórias sobre o trabalho infantil. São Paulo: Edições SM, 2006.

CARDOSO, Priscila F. G. **Ética e projetos profissionais**: Os diferentes caminhos do serviço social no Brasil. Campinas: Papel Social, 2013.

CUSTÓDIO, André Viana. **A exploração do trabalho infantil doméstico no Brasil contemporâneo**: limites e perspectivas para sua erradicação. 2006, 282p. Tese (Doutorado em direito)- Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 2006. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp007202.pdf>>. Acesso em: 25. Abr. 2018.

DIAS, Fábio Muller Dutra; LIBERATI, Wilson Donizeti. **Trabalho Infantil**. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime patriarcal. 52.ed. São Paulo: Global, 2013.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do serviço social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LUZ, Ricardo Santos do. **Trabalho alienado em Marx**: A base do capitalismo. 2008.p.49. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: PUCRS, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3502/1/000408014-Texto%2BCompleto-0.pdf>>. Acesso em: 15 Mar. 2018.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. **Crianças do trabalho**. Brasília: Plano, Goiânia: Editora UFG, 2005.

\_\_\_\_\_. **Trabalho infantil**: necessidade, valor e exclusão social. Brasília: Plano, Goiânia: Editora UFG, 2006.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social**: identidade e alienação. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARX, Karl. **O capital**. Tradução e condensação de Gabriel Deville. 3. ed. Bauru, SP: EDIPRO, 2013. (Série Clássica Edipro).

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. *In*: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História da criança no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

OIT. **Combatendo o trabalho infantil: Guia para educadores**. Brasília: Produção CENPEC, 2001. Disponível em: <[http://white.oit.org.pe/ipec/documentos/escola1\\_br.pdf](http://white.oit.org.pe/ipec/documentos/escola1_br.pdf)>. Acesso em: 01. Mai. 2018.

OLIVEIRA, Anderson Marlon de. Os efeitos da colonização na construção da identidade do povo nordestino. **Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. Mneme- Revista de Humanidades**. Caicó (RN), v.9, n.24, set/out.2008. Disponível em: <[http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st\\_trab\\_pdf/pd\\_st14/marlon\\_st14.pdf](http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st_trab_pdf/pd_st14/marlon_st14.pdf)>. Acesso em: 15 Mar. 2018.

VILANI, Jane Araújo dos Santos. **O que é trabalho infantil**. São Paulo: Brasiliense, 2010. – (Coleção primeiros passos; 339).